



1. Marco de Referência

1.1. MARCO DE REFERÊNCIA/DIAGNÓSTICO

Capital administrativa do Pará, o município de Belém possui cerca de 16% da população do Estado, com 1,3 milhão de habitantes. A densidade demográfica é de 1,2 mil hab/km² (IBGE, 2024) e IDH de 0,746 (Atlas Brasil, 2010). O município, localizado às margens da Baía do Guajará, possui oito distritos administrativos, e caracteriza-se pela existência de diversos rios e igarapés cortando seu relevo. Dentre suas 14 bacias hidrográficas, está a Bacia do Paracuri, localizada em uma das áreas com mata nativa preservada.

Ao longo dos anos, a formação e expansão urbana de Belém foi marcada pela desigualdade socioespacial, em ocupações informais em áreas de várzeas, periféricas e alagáveis, com histórico de inundações, decorrentes dos impactos da ocupação desordenada e das modificações no comportamento hídrico da bacia. Essa expansão tem gerado pressões para equilibrar a proteção aos recursos naturais, a garantia de condições e qualidade de vida para a população e a manutenção do patrimônio histórico e cultural, em especial no Distrito de Icoaraci, que acomoda o polo de produção de cerâmica marajoara e tapajônica, que remonta a tradição e o conhecimento de povos tradicionais da região amazônica. Nesse contexto, os princípios fundamentais do Plano Diretor destacam como prioridade o tema de função social da cidade, que compreende os direitos à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, à mobilidade e acessibilidade, ao emprego, trabalho e renda, à assistência social, aos espaços públicos e ao patrimônio ambiental e cultural. Muitos desses aspectos norteiam a contextualização da presente Carta Consulta e, por isso, estão detalhados a seguir.

No que se refere à área urbanizada, moradia, saneamento ambiental e espaços públicos, impõe-se a necessidade de melhorias com foco na retirada da população das áreas de riscos, garantia de moradias dignas equipadas com sistema de esgotamento sanitário, criação de espaços públicos, aumento da área verde e preservação da biodiversidade urbana. O Distrito de Icoaraci é caracterizado pelo desaparecimento de sua vegetação nativa, decorrente, principalmente, da urbanização. Adicionalmente, o Distrito possui áreas inundáveis e alagáveis, de forma que se tornam necessárias intervenções que mitiguem estas ocorrências. Para a realização de algumas intervenções previstas no projeto, famílias que habitam em áreas de várzea irregulares e de risco serão reassentadas, sendo realocadas em novas unidades habitacionais e, caso necessário, indenizadas.

Com relação à mobilidade e acessibilidade, a expansão urbana e o desenvolvimento industrial de Belém levaram à periferação de áreas vizinhas, como Icoaraci. Isso alterou a ocupação do solo, em que as classes menos favorecidas ocuparam áreas marginais, resultando em grandes aglomerações humanas e assentamentos precários na periferia, espaços de exclusão socioeconômica. De acordo com a Secretaria Municipal de Mobilidade de Belém, os habitantes de Icoaraci fazem muito uso de bicicletas, tanto para chegada em seus destinos finais quanto às paradas de ônibus. Tendo em vista este cenário, é identificada a necessidade de melhorar o acesso dos habitantes às áreas centrais de Belém, assim como a terminais de ônibus e principais vias urbanas, através da melhoria de vias, incentivo ao transporte público, expansão de ciclovias e de calçadas para pedestres.

No que tange a emprego, trabalho e renda, em conjunto com a proteção do patrimônio ambiental e social, a área próxima à Av. Arthur Bernardes (avenida que cruza a Tv. da Soledade) abriga várias empresas que empregam parte da mão de obra local. O emprego nessas estâncias geralmente é temporário e sem carteira assinada, envolvendo principalmente trabalho braçal, como carregar e descarregar carretas. A escassez de empregos fixos aumenta a marginalidade na área, especialmente entre os jovens. A pesca de mariscos, camarões e siris no igarapé Bacuri é uma fonte de subsistência para alguns moradores. Para as mulheres, há mais oportunidades de emprego na região central de Belém, mas o deslocamento diário é dificultado pela infraestrutura de transporte limitada na área. Assim, intervenções de requalificação urbana e preservação do espaço, com integração social e ambiental, são necessárias não somente para o embelezamento do espaço, mas também para a atração de mão de obra e empreendedores à região.

Assim, para combater os problemas urbanos mencionados que o Distrito de Icoaraci enfrenta, este Programa apresenta soluções que visam mitigá-los e/ou solucioná-los. É importante destacar que, em 2025, o município de Belém será sede da COP-30, que terá foco na proteção da Amazônia e abordará questões relacionadas a desmatamento, gestão sustentável dos recursos naturais e impacto das mudanças climáticas sobre as comunidades locais, fato que está alinhado aos objetivos e às soluções propostas nesta Carta Consulta, que são apresentados na sequência.

1.2. MARCO DE REFERÊNCIA/SOLUÇÃO PROPOSTA - RESULTADOS ESPERADOS - SUSTENTABILIDADE

Frente aos desafios elencados, os Planos Plurianuais (PPA) do Estado e do Município preveem ações para requalificar a área ao entorno da Bacia Hidrográfica do Paracuri, aumentar sua resiliência climática, proteger a biodiversidade, os recursos hídricos e naturais, promover a mobilidade urbana, com a melhoria do sistema viário e garantir a inclusão de gênero. O município tem trabalhado de forma integrada suas políticas de ordenamento territorial, como o Plano Diretor (em revisão), englobando ações de enfrentamento às mudanças climáticas. Neste sentido, o Projeto está dividido em: Componente 1: Proteção, conservação e preservação de espaços verdes e azuis; Componente 2: Revitalização urbana; e Componente 3: Estudos, planos, projetos e gestão do Programa. A apresentação mais detalhada do Projeto elaborada pela Coordenadoria de Projetos Especiais da Prefeitura de Belém pode ser consultada no Anexo A.



O Componente 1: Proteção, conservação e preservação de espaços verdes e azuis engloba a construção de Parque Linear e renaturalização de um afluente do Rio Paracuri. Essa intervenção visa promover o desassoreamento e proteger a mata ciliar de suas margens, de forma a garantir melhor escoamento das águas pluviais; e promover a urbanização com integração, gerando aproximação da população com o rio Paracuri, criando espaços públicos de lazer e promoção de prática esportiva e combatendo problemas associados à mudança do clima, como a ocorrência de ilhas de calor, inundações e alagamentos. Essa intervenção busca aumentar a resiliência do município frente aos impactos da mudança do clima, incentiva a mobilidade ativa e a reocupação dos espaços antes degradados por pessoas, conectando-as à natureza.

O Componente 2: Revitalização urbana se refere às obras que aumentem a resiliência da infraestrutura urbana local, com requalificação viária da Tv. da Soledade, duplicação viária, construção viária com interligação com a Rod. Augusto Montenegro, recuperação e construção de unidades habitacionais, e soluções de reassentamento. As obras previstas almejam melhoria da mobilidade para os habitantes da região, através da requalificação e ampliação viária da Tv. da Soledade, importante via coletora de Icoaraci, com a melhoria das calçadas e vias, criação de faixas preferenciais para o transporte público, ciclofaixas e faixas de pedestre, com extensão da pavimentação até a Rod. Augusto Montenegro, onde estão em andamento obras de BRT (Bus Rapid Transit) e ciclovias. A ligação da Tv. da Soledade com a Rodovia permite um novo acesso dos moradores ao BRT, no Terminal Maracacuera, e fecha um cicloviário entre a Av. Arthur Bernardes, às margens da Baía do Guajará, e a Rodovia; e a remoção de famílias em habitações precárias presentes em áreas irregulares e de risco, realocando-as para moradias de melhor qualidade.

Por fim, o Componente 3: Estudos, planos, projetos e gestão do Programa se divide nos estudos que embasarão a execução das obras previstas nos Componentes 1 e 2, considerando redução de impactos por eventos climáticos extremos, e na gestão das etapas e atividades que compõem o Projeto. Prevê-se estudos e projetos básicos e executivos para todas as intervenções de engenharia, como obras viárias, renaturalização do afluente do rio Paracuri, unidades habitacionais, entre outros e a elaboração de estudos como para o Plano Específico de Reassentamento (PER). A gestão do Programa, por sua vez, engloba a supervisão técnica, ambiental e social do projeto, o gerenciamento técnico e socioambiental, a auditoria externa e a comissão de administração. Este Componente é fundamental para garantir o sucesso da execução de todas as etapas do Projeto, fornecendo o suporte às equipes envolvidas.

O Projeto busca, ainda, a valorização histórica e cultural da região, com estímulo ao empreendedorismo local para o mercado de cerâmica utilitária e reprodução das cerâmicas marajoara e tapajônica. Inclui com foco em pessoas autodeclaradas mulheres, baseados nos estudos socioeconômicos a serem realizados, e a população de menor renda do Distrito, que possui estabelecimentos comerciais na Tv. da Soledade e no entorno. Beneficia, ainda, a Escola Liceu de Artes e Ofícios Mestre Raimundo Cardoso, referência na manutenção da cultura ceramista na região.

Os principais resultados esperados do projeto são: redução do assoreamento do afluente do rio Paracuri; melhor escoamento de águas pluviais e redução de inundações e alagamentos; preservação de recursos naturais e da biodiversidade reduzindo os impactos da mudança climática; criação de espaços públicos; melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população; redução de assentamentos irregulares em áreas de riscos; melhoria da qualidade da água do rio; valorização do pedestre e integração do sistema viário urbano; incentivo à mobilidade ativa; incentivo à produção e comércio cerâmico local, com aumento da geração de emprego e renda para população mais vulnerável, com inclusão de gênero, e promoção do turismo da região.

A sustentabilidade do projeto se dará através do arranjo institucional e organizacional e a estrutura de governança que contam com a integração de diversos órgãos e secretarias municipais relacionadas às temáticas, como as Secretarias de Urbanização, Mobilidade, Meio Ambiente, Habitação, Saneamento, Coordenadorias de valorização à diversidade e inclusão, dentre outras, e a participação comunitária dos habitantes de Icoaraci.

Por fim, o projeto se destaca pelas suas múltiplas frentes de ação que englobam desde a conservação, proteção e recuperação dos recursos naturais, hídricos e da biodiversidade; destinação adequada do esgoto, redução da poluição hídrica, geração de benefícios sociais, econômicos, mitigação de emissões de GEE e adaptação às ameaças climáticas. Diante destas características, o projeto almeja concorrer ao sublimite específico anual para autorização da preparação de projetos e programas ambientais ou climáticos da Portaria MPO-SEAID /MPO nº 220/2024.

1.3. MARCO DE REFERÊNCIA/ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS - CONTRAPARTIDA - TAXA DE CâMBIO

1.1.1 Orientações estratégicas

Alinhados ao ODS 11 e a alguns critérios do Art. 1º, Parágrafo I, III e VII, do Anexo I da Portaria MPO-SEAID /MPO nº 220, de 05/07/2024, os instrumentos de planejamento estão abaixo.

A. Plano Diretor de Belém - 2008: orienta a elaboração do Plano Plurianual (PPA). Diretrizes:

- a. Art. 8º, XV: estimular a desconcentração espacial das atividades econômicas de comércio e serviços [...] dos subcentros de [...] Icoaraci.
- b. Art. 37º, III: ampliação da capacidade de escoamento e regularização da vazão dos rios, canais [...]



- c. Art. 42º, III: requalificar e preservar os principais corredores de transporte metropolitano e urbano.
 - d. Art. 42º, XV: favorecer os deslocamentos não motorizados, por meio da ampliação da rede cicloviária, melhoria da qualidade das calçadas [...].
 - e. Art. 65º, VI: ampliar os espaços de lazer ativo e contemplativo, criando progressivamente Parques Lineares ao longo dos cursos d'água não urbanizados [...].
- B. PPA do Estado do Pará 2024 ? 2027:
- a. Gestão Socioambiental e Ordenamento Territorial Sustentável ? Objetivo: Fortalecer o desenvolvimento econômico-social estruturado em políticas de promoção, preservação, restauração e recuperação do meio ambiente.
- C. PPA de Belém 2022 ? 2025:
- a. Projeto 007 - Paracuri: Desenvolvimento de estudos, projetos e obras de infraestrutura para a Bacia Hidrográfica do 'Paracuri'.
 - b. Objetivo 2101. Metas:
 - i. Recuperar e revitalizar 588,24 Km de vias no sistema viário do município.
 - ii. Recuperar 574 m de pontes para veículos no sistema viário do município.
 - c. Projeto 026 ? Integra Belém: Desenvolvimento de projetos e obras de estruturação viária e requalificação urbanística.
 - d. Objetivo 2301: Garantir e promover o direito à cidade [...]. Meta: Ampliação dos corredores e faixas exclusivas de ônibus em 50%.
- D. Plano de Mobilidade Urbana de Belém ? 2016.
- E. Relatório de Análise de Riscos Climáticos e Inventário de Emissões de Belém, ambos em elaboração.

1.2.2. Contrapartida

Os recursos de contrapartida financeira da Prefeitura Municipal de Belém atendem a Resolução COFIEIX nº 3, de 29 de maio de 2019, Artigo 2º, § 1º: ?A contrapartida será proveniente de receitas tributárias previstas nos artigos 155, 157 e 159, inciso I, (a), da Constituição Federal?.

A proposta tem 81% do valor a ser financiado pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), um total de ? 54.407.677, e a contrapartida, de 19% do projeto, ou ? 12.525.597, garantidos pelo Tesouro da Prefeitura Municipal de Belém.

1.2.3. Taxa de Câmbio

A Prefeitura Municipal de Belém apresenta CAPAG B, favorável à contratação do empréstimo. A taxa de câmbio considerada foi de 1,00 Real/ BRL (790) = 0,166756 Euro/EUR (978), em 01/07/2024, conforme site do Banco Central (<https://www.bcb.gov.br/conversao>).

2. Projeto

2.1. Título

Programa de Restauração da Biodiversidade e Requalificação Urbanística da Região da Travessa da Soledade na Rota Cerâmica da Bacia Hidrográfica do Paracuri, Belém/PA

2.2. Título Abreviado

Requalificação no Distrito de Icoaraci

2.3. Mutuário

Município de Belém - PA

2.4. Tipo Operacao

Operação de crédito externo



2.5. PROJETO/OBJETIVO GERAL- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Objetivo geral:

Melhorias urbanísticas sustentáveis de adaptação climática implementadas na região da Tv. da Soledade e nas proximidades da Bacia Hidrográfica do Paracuri, integrando-se a ocupação social e a biodiversidade local sob o viés de redução da vulnerabilidade social e climática. Requalificação viária com integração da população e da natureza, para aumentar a resiliência das infraestruturas, assim como a atratividade do polo de cerâmica marajoara e tapajônica de Belém, importante patrimônio cultural da região.

Objetivos específicos:

Os objetivos específicos do projeto são:

Melhoria nas condições habitacionais:

Promoção de habitações autóctones respeitosas e adaptadas ao seu ecossistema ambiental e resilientes às mudanças climáticas para população reassentada, com projetos de habitações convencionais e palafíticas.

Melhoria do esgotamento sanitário da área, nas moradias onde ocorrerá o reassentamento.

Redução de doenças de veiculação hídrica devido à redução do número de pessoas inseridas nas áreas de riscos de inundação e alagamento.

Biodiversidade urbana e resiliência aos riscos naturais:

Proteção dos recursos naturais e da biodiversidade local.

Recuperação de igarapés e renaturalização de afluente do rio Paracuri.

Desassoreamento do Rio Paracuri.

Proteção da mata ciliar das margens do Rio Paracuri.

Implantação de Parque Linear.

Reaproximação da comunidade com o rio Paracuri.

Geração de espaços públicos de lazer, uso coletivo e prática esportiva proporcionando a apropriação da cidade pelo morador e com o viés histórico-cultural valorizado.

Redução de inundações e alagamentos, com melhora do escoamento das águas pluviais.

Mobilidade urbana:

Melhoria da mobilidade de carros, ônibus, ciclistas e pedestres.

Implantação de faixas exclusivas de ônibus.

Melhoria na coleta de resíduos sólidos da região.

Melhoria na sinalização viária.

Ampliação do sistema cicloviário.

Integração do sistema viário urbano e novo acesso ao BRT (terminal Maracacuera): conexão da Tv. da Soledade com a Rod. Augusto Montenegro.

Implantação de sistema viário urbano resiliente e integrado com o território que estimule a redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Proteção do patrimônio histórico e cultural:



Promover o desenvolvimento econômico local, com atividade da cerâmica.

Valorização cultural e melhoria das condições socioambientais locais, evidenciando a cultura regional amazônica, através da sua relação com o elemento rio e sua forma de utilizá-lo e integrá-lo no cotidiano.

Fomento o turismo no polo cerâmico, transformado em fonte de renda para a economia local.

Valorização de empreendedores locais e empreendedorismo feminino.

2.6. Projeto/Indicadores

Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Linha de Base	Meta
Número total de beneficiários do projeto	Número de habitantes dos quatro bairros do distrito de Icoaraci: Ponta Grossa, Agulha, Paracuri e Parque Guajará	Nº de pessoas		77.699,00
Extensão de ruas e vias reabilitadas na área central	Corresponde à extensão de vias que passarão por requalificação e construção de novas vias	Metros lineares		3.250,00
Extensão do sistema cicloviário na área central	Corresponde à extensão de ciclovias no município	km	30,00	33,00
Extensão de rio renaturalizado	Corresponde a execução de serviços de renaturalização do afluente do rio Paracuri	Metros lineares		1.350,00
Nº de pessoas beneficiadas com moradias dignas	Número de famílias do distrito de Icoaraci atendidas sendo beneficiadas com novas moradias dignas	Nº de pessoas		1.476,00
Nº de pessoas residentes em áreas alagáveis beneficiadas com moradias dignas	Número de pessoas do distrito de Icoaraci que residem em áreas alagáveis sendo beneficiadas com novas moradias dignas	Nº de pessoas		1.440,00
Parques na cidade de Belém (ha)	Áreas de parque públicos, verdes, lineares na cidade de Belém	ha	238,00	257,00

2.7. PROJETO/COMPONENTES-SUBCOMPONENTES-PRODUTOS

Componentes	Valor(€)
C - 1. PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES E AZUIS	33.676.374,20
S - 1.1. PARQUE LINEAR	33.676.374,20
P - 1.1.1. Obras de construção de Parque Linear e renaturalização de afluente do rio Paracuri	33.676.374,20
C - 2. REVITALIZAÇÃO URBANA	27.626.654,29
S - 2.1. REQUALIFICAÇÃO VIÁRIA	833.800,32
P - 2.1.1. Obras de requalificação viária de trecho da Tv. da Soledade	833.800,32
S - 2.2. DUPLICAÇÃO VIÁRIA	308.542,66
P - 2.2.1. Obras de duplicação viária de trecho da Tv. da Soledade	308.542,66
S - 2.3. CONSTRUÇÃO VIÁRIA	4.166.605,44
P - 2.3.1. Obras de construção de trecho viário de interligação da Tv. da Soledade com a Rod. Augusto Montenegro	4.166.605,44
S - 2.4. UNIDADES HABITACIONAIS	17.888.249,63
P - 2.4.1. Obras de recuperação e construção de unidades habitacionais para reassentamento	17.888.249,63



S - 2.5. SOLUÇÕES DE REASSENTAMENTO	4.429.456,24
P - 2.5.1. Execução do Plano de Reassentamento	4.429.456,24
C - 3. ESTUDOS, PLANOS, PROJETOS E GESTÃO DO PROGRAMA	5.630.246,15
S - 3.1. REQUALIFICAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL	1.326.346,15
P - 3.1.1. Estudos, projetos básicos e executivos para obras viárias, de renaturalização do afluente do rio Paracuri, Parque Linear, drenagem pluvial sustentável e unidades habitacionais	1.065.789,90
P - 3.1.2. Elaboração de Plano Específico de Reassentamento	260.556,25
S - 3.2. INCLUSÃO DE GÊNERO	301.756,00
P - 3.2.1. Estudo sobre incorporação da lente de gênero em todas as etapas do Programa	166.756,00
P - 3.2.2. Formação profissional para mulheres e comunidades indígenas na Rota da Cerâmica	100.000,00
P - 3.2.3. Capacitação e sensibilização da equipe de projeto sobre inclusão da lente de gênero e inclusão social	35.000,00
S - 3.3. GESTÃO DO PROGRAMA	4.002.144,00
P - 3.3.1. Supervisão técnica, social e ambiental	2.194.892,50
P - 3.3.2. Gerenciamento técnico e socioambiental	1.500.804,00
P - 3.3.3. Auditoria externa	31.300,10
P - 3.3.4. Comissão de administração	275.147,40

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).

Resumo dos Componentes:

C - 1. PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES E AZUIS

O primeiro Componente do presente Programa diz respeito à proteção ambiental dos recursos naturais, da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos presentes no Distrito de Icoaraci, no entorno da Tv. da Soledade.

Ele engloba o Subcomponente ?Parque Linear?, um tipo de Solução Baseada na Natureza (SbN) que integra o ambiente natural ao espaço urbano de forma harmoniosa e funcional. Esses parques, além de oferecer áreas de lazer e recreação, servem como zonas de filtragem natural para a água da chuva, ajudando a prevenir inundações e alagamentos e melhorar a qualidade da água. Além disso, funcionam como corredores ecológicos, promovendo a conectividade entre diferentes habitats e facilitando o deslocamento da fauna local. Essa SbN encoraja um estilo de vida ativo e saudável entre os residentes urbanos, ao mesmo tempo em que proporciona espaços para eventos culturais e comunitários. Sua vegetação nativa não só embeleza o ambiente, mas também atua como sumidouro de carbono, contribuindo para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Logo, os Parques Lineares são soluções de adaptação e mitigação climática que contribuem para a resiliência municipal, ao conferirem proteção dos recursos naturais e da biodiversidade, redução da incidência de alagamentos e inundações e de doenças de veiculação hídrica.

Este Componente pode ser enquadrado nos objetivos dos parágrafos I - conservação, proteção e recuperação da biodiversidade, de ecossistemas e de biomas, III - proteção, conservação e uso sustentável de recursos hídricos e marinhos e VII - adaptação à mudança do clima da Resolução nº 80/2023 da COFIEIX (COFIEIX, 2023).

Vale destacar que os projetos básico e executivo para desenvolvimento das obras deste Componente estão previstos no Componente 3.

S - 1.1. PARQUE LINEAR

A elevação topográfica da Bacia do Paracuri, no Distrito de Icoaraci, permite compreender que, em toda sua extensão, há desníveis do terreno que orientam os cursos da água, sendo recortada pelos rios formadores com solos de baixa altitude. Por isso, estas áreas possuem cotas altimétricas mais baixas do relevo, logo, ficam sujeitas a inundações periódicas, tanto fluviais quanto pluviais. No Anexo D, é possível encontrar a caracterização da Bacia Hidrográfica do Paracuri.

Há pontos de alagamento na Tv. da Soledade, principalmente perto do afluente do Paracuri. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) está desenvolvendo com o ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade, uma Análise de Vulnerabilidades e Riscos Climáticos que envolve o mapeamento de pontos de alagamento em Belém. Além desse mapeamento, foram elaborados mapas de riscos climáticos no Distrito de Icoaraci, por parte da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que indicam as áreas em alto e muito alto risco a movimentos de massa, enchentes e inundações (Anexo E).

Foram elaborados estudos em Belém para um projeto de macrodrenagem, chamado ?Belém das Águas?, na área de nascentes do Rio Paracuri, próximo à curva da Rod. Augusto Montenegro. Esses estudos seriam para ajudar a recuperar uma área de nascentes que está localizada próximo à Tv. da Soledade. Como possuía a presença de ocupação irregular nessa área alagável, cerca de 180 famílias seriam reassentadas. Assim, devido às sinergias entre o projeto Belém das Águas e o projeto desta Carta Consulta, muitos insumos daquele projeto podem ser utilizados neste.

Os objetivos da construção do Parque Linear e renaturalização do igarapé do Rio Paracuri são promover a recuperação ambiental, reabilitar o curso d'água, recompor e proteger espécies vegetais, garantir o funcionamento da macrodrenagem, e reduzir danos ambientais decorrentes da supressão da vegetação e do assoreamento ocasionado pelo processo de ocupação. Adicionalmente, busca-se a integração urbano-ambiental, fortalecendo as políticas de lazer, esporte e cultura da população de Icoaraci, e a superação de problemas oriundos da ocupação desordenada.

P - 1.1.1. Obras de construção de Parque Linear e renaturalização de afluente do rio Paracuri



Categoria: Obras
Unidade de medida: Global
Meta: 1,00
Valor: EUR 33.676.293

Corresponde à execução das obras de construção de Parque Linear e renaturalização do igarapé do Rio Paracuri conforme projeto executivo a ser elaborado no Produto 3.1.1, contemplando projetos complementares e conforme normativos e legislação vigente a nível nacional, políticas de aquisição e contratação, assim como salvaguardas ambientais e sociais da AFD.

Busca-se a renaturalização da área através da construção de um Parque Linear no entorno da passagem de um braço do rio Paracuri. Será realizada a construção e pavimentação de vias marginais, pontes de pedestres sobre o córrego, calçadas, com condições de acessibilidade, sistema de sinalização viário e de trânsito, recomposição da mata ciliar nativa, e construção de áreas de lazer e contemplação, entre outras ações.

A extensão do trecho em que ocorrerá esta intervenção é de 1,3 km.

C - 2. REVITALIZAÇÃO URBANA

Este Componente se refere às intervenções viárias, habitacionais e de reassentamento, buscando-se maior mobilidade urbana, valorização do pedestre e integração com o sistema viário urbano, e valorização histórico e cultural que promova o desenvolvimento econômico local. Ela se divide em cinco sub componentes, quais sejam: requalificação, duplicação e construção viária na Tv. da Soledade, construção de unidades habitacionais e implementação de soluções de reassentamento, detalhadas na sequência. Este Componente pode ser enquadrado nos objetivos do parágrafo VII - adaptação à mudança do clima da Resolução nº 80/2023 da COFIEX (COFIEX, 2023).

Vale destacar que os projetos básico e executivo para desenvolvimento das obras deste Componente estão previstos no Componente 3.

S - 2.1. REQUALIFICAÇÃO VIÁRIA

A Tv. da Soledade é uma via importante no Distrito de Icoaraci por possuir estabelecimentos comerciais de cerâmica marajoara e tapajônica, e por ser uma via coletora, com circulação de carros particulares, ônibus, bicicletas e pedestres. Na Tv. das Andradas, logradouro paralelo à Soledade, há o Liceu Escola de Artes e Ofícios do Paracuri "Mestre Raimundo Cardoso", que transmite e preserva as técnicas de produção dos artefatos cerâmicos. A requalificação da via beneficiará em termos comerciais, aumentando a demanda e a mobilidade de habitantes e visitantes no Distrito, e em termos de melhoria da qualidade de vida e acessibilidade dos habitantes, como os estudantes do Liceu.

A intervenção prevista engloba toda a extensão da Tv. da Soledade, de 3,08 km.

P - 2.1.1. Obras de requalificação viária de trecho da Tv. da Soledade

Categoria: Obras
Unidade de medida: Global
Meta: 1,00
Valor: EUR 833.798

Corresponde à execução das obras de recapeamento asfáltico, canteiros verdes, coletores de resíduos sólidos, implementação de um corredor exclusivo para ônibus, uma ciclofaixa, e piso tátil para deficientes visuais na calçada, e pórticos de sinalização vertical nos dois grandes eixos de integração viária (Avenida Arthur Bernardes e Rodovia Augusto Montenegro). Em decorrência da limitação de largura da via (16m), ela teria que ser transformada em uma via de mão única.

A extensão do trecho em que ocorrerá esta intervenção é de 2,21 km.

O orçamento para a requalificação viária pode ser consultado no Anexo F.

S - 2.2. DUPLICAÇÃO VIÁRIA

A partir da Rua Oito de Maio, a Tv. da Soledade passa a ter apenas uma faixa de rodagem, utilizada nos dois sentidos (a largura da via é mais estreita). O projeto prevê a construção de uma faixa adicional, e o trecho se tornaria de duplo sentido. Os estabelecimentos comerciais e as residências convencionais presentes no trecho teriam de ser realocados.

P - 2.2.1. Obras de duplicação viária de trecho da Tv. da Soledade



Categoria: Obras
Unidade de medida: Global
Meta: 1,00
Valor: EUR 308.542

Corresponde à execução das obras de recapeamento asfáltico, canteiros verdes, coletores de resíduos sólidos, implementação de uma ciclofaixa, e piso tátil para deficientes visuais na calçada.

A extensão do trecho em que ocorrerá esta intervenção é de 0,31 km. O orçamento para a duplicação viária pode ser consultado no Anexo G.

S - 2.3. CONSTRUÇÃO VIÁRIA

Construção de uma via de integração a partir da Rua Oito de Maio, em que acaba a pavimentação da Tv. da Soledade, e se inicia um trecho de ponte de madeira, em que se localiza um conjunto habitacional de casas de palafitas em uma área de várzea. A população que habita essas casas deve ser reassentada.

P - 2.3.1. Obras de construção de trecho viário de interligação da Tv. da Soledade com a Rod. Augusto Montenegro

Categoria: Obras
Unidade de medida: Global
Meta: 1,00
Valor: EUR 4.166.595

Corresponde à execução das obras de construção de pavimentação de via elevada, uma vez que a área de várzea é alagável e tem histórico frequente de inundações; construção de pontes sobre os córregos; construção e padronização de calçadas, com condições de acessibilidade; implantação de sistema de sinalização viário e de trânsito; implantação de equipamentos urbanos tecnológicos e sustentáveis; e implantação de áreas verdes. A construção dessa via se dará até a Rod. Augusto Montenegro.

A Rod. Augusto Montenegro é configurada como uma grande rodovia que está sendo integrada aos comércios, instituições e serviços que estão se consolidando no seu entorno. Nela estão em andamento obras para construção de BRT, de forma que a ligação da Tv. da Soledade com essa Rodovia permite um novo acesso dos moradores de Icoaraci a esse transporte público, no Terminal Maracacuera. Adicionalmente, a ligação desses dois logradouros fechará na Tv. da Soledade um cicloviário de aproximadamente 3,3 km de extensão, que irá da Av. Arthur Bernardes até a Rod. Augusto Montenegro. No Anexo H, é possível verificar o mapa das ciclovias no município de Belém, do ano de 2019 (as obras em execução na Rod. Augusto Montenegro englobam a construção de ciclovias, que não aparecem no mapa, pois são posteriores a 2019).

A extensão do trecho em que ocorrerá esta intervenção é de 0,56 km.

O orçamento para a construção da via elevada pode ser consultado no Anexo I.

S - 2.4. UNIDADES HABITACIONAIS

Serão construídas 500 unidades habitacionais para que os moradores das casas de palafitas possam ser realocados.

A Prefeitura de Belém desenvolveu um estudo preliminar piloto de habitações palafíticas (Anexo J), que pode ser utilizado para os reassentamentos.

P - 2.4.1. Obras de recuperação e construção de unidades habitacionais para reassentamento

Categoria: Obras
Unidade de medida: Global
Meta: 1,00
Valor: EUR 17.888.207

Corresponde à execução das obras de recuperação e construção de unidades habitacionais (convencionais e/ou palafíticas) para reassentamento de habitantes presentes nas áreas de intervenção do Projeto.

A extensão do trecho em que ocorrerá esta intervenção é de 3,2 ha.

S - 2.5. SOLUÇÕES DE REASSENTAMENTO



A periferia do Distrito de Icoaraci tem influência de marés, por ser drenada pela Bacia do Paracuri. O processo de ocupação ocorreu inicialmente de forma aleatória através das ocupações de um pequeno número de famílias que dividiram a área em grandes lotes localizados nas proximidades das principais vias fluviais. A Bacia do Paracuri, até o início dos anos 1980, era pouco habitada e preservada. A partir de 1985, com desapropriações pelo Governo Estadual, ocorreu desmatamento e ocupação progressiva. Hoje, inclui partes dos conjuntos Paracuri I, II e a ocupação Paracuri III. Drenada pelos rios Paracuri e Livramento, a área sofre inundações durante as fortes chuvas e marés altas de janeiro a maio.

A ocupação da área seguiu o padrão amazônico, com casas majoritariamente de madeira voltadas para o rio. No entanto, com o desenvolvimento industrial e urbano e o aumento populacional de Belém, a paisagem urbana se transformou. Com a expansão urbana, a periferia de Icoaraci também cresceu, compreendendo várias áreas ocupadas sob intensa pressão pelo solo urbano, principalmente devido à instalação do Parque Industrial na Rod. Arthur Bernardes, principal via de ligação entre Icoaraci e Belém.

A estimativa da população que habita em moradias precárias na Bacia do Paracuri é de 65 mil pessoas, no ano de 2010, o que corresponde a 48% da população de 133,8 mil habitantes.

Para a execução do reassentamento das cerca de 500 famílias que habitam nas áreas de intervenção do projeto, os seguintes passos devem ser adotados: (i) Promulgação de Decreto de Desapropriação pela Prefeitura Municipal de Belém. (ii) Reunião comunitária, com a presença de órgãos municipais sociais como a Coordenadoria da Mulher de Belém (COMBEL), a Coordenadoria Antirracista de Belém (COANT) e a Coordenadoria de Diversidade Sexual (CDS), e lideranças de grupos das comunidades tradicionais de matriz africana e quilombola, por exemplo. (iii) Seleção dos imóveis para os quais as famílias serão realojadas. (iv) Levantamento físico e social das famílias. (v) Elaboração dos laudos de avaliação dos imóveis. (vi) Tabulação dos dados e elaboração de diagnóstico. (vii) Elaboração do Plano Específico de Reassentamento (PER), previsto no Componente 3, Produto 3.1.2.

No que concerne às obras previstas no Produto 2.2.1, de duplicação da via da Tv. da Soledade, a população a ser reassentada das residências de alvenaria devem ser realocadas para residências próximos ou devem receber indenizações e/ou aluguel social. No caso do Produto 2.3.1, de construção de via para continuidade da Tv. da Soledade, para as famílias que residem em casas de palafitas, há um estudo preliminar para construção de grupo de palafitas mais robustas e que preservem a forma de vida das famílias que derem por preferência por permanecer no local (Anexo J).

P - 2.5.1. Execução do Plano de Reassentamento

Categoria: Execução

Unidade de medida: Global

Meta: 1,00

Valor: EUR 4.429.446

Corresponde à execução do Plano Específico de Reassentamento (PER) elaborado no Componente 3, que engloba a realização de compra assistida de imóveis, pagamento de indenizações e de aluguel social para as famílias antes residentes nas áreas de intervenção do projeto.

Esta intervenção terá como apoio os projetos Tucunduba, que teve sucesso no reassentamento de mil famílias, Belém das Águas, de cento e oitenta famílias, e Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), de mais de quatrocentas famílias (conforme PER juntado no Anexo K).

C - 3. ESTUDOS, PLANOS, PROJETOS E GESTÃO DO PROGRAMA

Este Componente se refere aos estudos, projetos básicos e executivos que devem ser elaborados para a execução das obras previstas no sistema viário, renaturalização do afluente do Rio Paracuri, Parque Linear, drenagem pluvial, unidades habitacionais e reassentamento; ao estudo de incorporação da lente de gênero nas intervenções a serem realizadas no Programa; e à gestão do Programa.

Este Componente pode ser enquadrado nos objetivos dos parágrafos I - conservação, proteção e recuperação da biodiversidade, de ecossistemas e de biomas, III - proteção, conservação e uso sustentável de recursos hídricos e marinhos e VII - adaptação à mudança do clima da Resolução nº 80/2023 da COFIEIX (COFIEIX, 2023).

S - 3.1. REQUALIFICAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL



A Bacia Hidrográfica do Paracuri tem uma área de cerca de 1,6 mil hectares, uma estimativa de 44 mil moradias e 133,9 mil habitantes em 2020, de acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico de Belém (PMSB, 2020), e tem parte significativa inserida no Distrito de Icoaraci e pequena parte no distrito de Benguí. No Anexo L, é possível identificar no mapa a localização da Bacia Hidrográfica do Paracuri, localizada ao norte do município de Belém. O Plano Diretor Municipal define uma Área de Interesse Ambiental do Paracuri e Áreas de Interesse Social que o circundam, em especial ao norte do município, onde está localizada a Tv. da Soledade. O Distrito de Icoaraci, pelo censo de 2010 (SEGEPI, 2020), possuía cerca de 167 mil habitantes. Destaca-se que, nesse Distrito, é forte a presença de indígenas e de povos de matriz africana, representados pelas lideranças locais e presença em fóruns de participação comunitária. Contudo não há informações disponíveis detalhadas da quantidade, distribuição dessas populações no território, bem como outros dados relevantes para garantir a proteção dessas comunidades.

A elaboração dos estudos, planos e projetos previstos busca embasar e viabilizar as intervenções previstas neste projeto, que buscam sanar os problemas de infraestrutura viária deficitária, falta de áreas verdes no município, assoreamento do igarapé do Rio Paracuri, inundações e alagamentos frequentes e remoção de famílias que habitam em áreas irregulares e de risco e inclusão de gênero. Os estudos, planos e projetos a serem elaborados seguirão os normativos e legislação vigente a nível nacional, políticas de aquisição e contratação, assim como salvaguardas ambientais e sociais da AFD.

A contratação dos projetos e das obras será de responsabilidade da Comissão Técnica (CT) a ser criada, ligada à Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEPI), para garantir a qualidade e funcionamento adequado das intervenções. A Coordenadoria de Projetos Especiais (CPE) realizará o acompanhamento da elaboração dos projetos.

P - 3.1.1. Estudos, projetos básicos e executivos para obras viárias, de renaturalização do afluente do rio Paracuri, Parque Linear, drenagem pluvial sustentável e unidades habitacionais

Categoria: Estudos e Projetos

Unidade de medida: Global

Meta: 1,00

Valor: EUR 1.065.787

Corresponde à elaboração estudos e de projetos básicos e executivos para a requalificação viária, duplicação viária, construção viária, renaturalização do afluente do Rio Paracuri e Parque Linear, drenagem pluvial sustentável e construção de unidades habitacionais, conforme detalhamentos dos Componentes 1 e 2.

Listam-se os seguintes estudos e projetos a serem elaborados:

- I. Estudo de mobilidade para embasar as intervenções viárias, com mapeamento dos pontos de integração entre modais, tanto existentes quanto os que podem ser implementados, com recomendações para as obras a serem executadas (possibilidade de criação de corredores verdes, por exemplo).
- II. Mapeamento de terrenos/propriedades que não pertencem ao município de Belém e precisam ser desapropriados ou transferidos ao governo, no Distrito de Icoaraci.
- III. Status legal das áreas a serem desapropriadas para extensão das vias.
- IV. Diagnóstico social e econômico do Distrito de Icoaraci, com recorte de gênero e raça. Contempla a caracterização da Rota da Cerâmica, considerando as questões de gênero e das comunidades indígenas e tradicionais, intrínsecas à produção e à cultura local.
- V. Estudo sobre a qualidade das águas superficiais, de preferência das regiões previstas para a implantação do projeto ou dos mananciais.
- VI. Mapeamento da cobertura das redes e infraestruturas de água e esgoto.
- VII. Mapeamento das nascentes, córregos e rios no município de Belém, em especial o rio Paracuri e seus afluentes.
- VIII. Mapeamento ou inventário de biodiversidade local.
- IX. Batimetria, modelagem hidráulica e outros estudos sobre as condições de fluxo, assoreamento, entre outros, no rio Paracuri e seus afluentes.
- X. Mapeamento das áreas verdes públicas de Belém.
- XI. Projeto para a obra de construção de pavimentação elevada.
- XII. Projeto para a obra de macrodrenagem do igarapé do Rio Paracuri.

P - 3.1.2. Elaboração de Plano Específico de Reassentamento



Categoria: Planos
Unidade de medida: Global
Meta: 1,00
Valor: EUR 260.556

Para a realização das intervenções do Parque Linear, requalificação da Tv. da Soledade e sua integração com a Rod. Augusto Montenegro, é necessária a remoção de famílias de áreas irregulares e de risco.

Para viabilizar essa realocação de habitantes, é necessária a elaboração de uma Plano Específico de Reassentamento, para que as famílias sejam propriamente movidas para novas habitações e recebam indenização por parte da Prefeitura. Para auxiliar, a Prefeitura se utilizará de referências bem-sucedidas de outros projetos municipais já realizados, como o Plano de Reassentamento do PROMABEN (Anexo K).

Os seguintes estudos devem ser realizados junto à construção do Plano de Reassentamento do Projeto da Bacia do Paracuri:

I. Mapeamento do número de famílias a serem reassentadas temporária e permanentemente em cada área de intervenção do projeto. A estimativa atual da Prefeitura é de 360 a 500 famílias a serem reassentadas.

II. Projeto para a construção das unidades habitacionais e recuperação dos habitacionais que foram ocupadas.

O Plano de Reassentamento deve definir as soluções compensatórias para as famílias afetadas, e garantir a reposição das moradias e atividades econômicas na área de afetação. Deve envolver as questões referentes às unidades habitacionais, compra assistida - bônus moradia e indenizações.

S - 3.2. INCLUSÃO DE GÊNERO

A integração da perspectiva de gênero na definição de espaços verdes, áreas de preservação e sistemas viários cria ambientes mais seguros e acessíveis para todos os gêneros, o que inclui desde a iluminação adequada em parques e trilhas até a implementação de estratégias que considerem as necessidades específicas de segurança das mulheres, pessoas LGBTQIA+ e grupos que estão mais expostos e sob risco de violência. A inclusão dessas demandas na concepção e implementação dos projetos não apenas amplia a diversidade de ideias e soluções, mas também fortalece a representação e participação na tomada de decisões, garantindo que os benefícios das intervenções previstas se estendam de forma equitativa a toda a comunidade.

P - 3.2.1. Estudo sobre incorporação da lente de gênero em todas as etapas do Programa

Categoria: Planos
Unidade de medida: Global
Meta: 1,00
Valor: EUR 166.756

Para garantir que os estudos, planos, projetos e intervenções previstos no Programa considerem aspectos de gênero em seu planejamento, será realizado um estudo contendo um diagnóstico e recomendações sobre a necessidade do desenvolvimento de planos e atividades específicas voltadas à promoção da inclusão feminina nas etapas do Projeto.

Os seguintes elementos devem ser considerados para o estudo:

• Análise de dados demográficos e sociais: compreensão da população local em termos de identidade de gênero, considerando distribuição espacial, necessidades específicas e padrões de acesso a serviços públicos urbanos.

• Participação comunitária: envolvimento das comunidades afetadas pelo projeto em processos de consulta e decisão. A Coordenadoria da Mulher (COMBEL) e a Coordenadoria de Diversidade Sexual (CDS) podem estar envolvidas.

• Avaliação de impacto de gênero: análise dos impactos positivos e negativos potenciais do projeto sobre diferentes grupos de gênero, como questões de segurança, mobilidade, oportunidades de emprego, etc.

• Planejamento urbano inclusivo: integração da lente de gênero no desenho e planejamento do espaço urbano, considerando necessidades específicas como iluminação, áreas de lazer seguras, mobilidade, entre outros.

• Monitoramento e avaliação: implementação de mecanismos para monitoramento da implementação das medidas previstas ao longo do Programa, incluindo a coleta de dados desagregados.

P - 3.2.2. Formação profissional para mulheres e comunidades indígenas na Rota da Cerâmica

Categoria: Planos
Unidade de medida: Global
Meta: 1,00
Valor: EUR 100.000

A realização do diagnóstico socioeconômico do Distrito de Icoaraci, com recorte de gênero e raça, permite a identificação das demandas das mulheres e das comunidades indígenas que estão inseridas nas atividades econômicas da Rota da Cerâmica. A partir da identificação das demandas desses grupos, pode ser prevista a formação profissional, contemplando noções de empreendedorismo e programas de mentoria.

P - 3.2.3. Capacitação e sensibilização da equipe de projeto sobre inclusão da lente de gênero e inclusão social



Categoria: Planos
Unidade de medida: Global
Meta: 1,00
Valor: EUR 35.000

A inclusão da lente interseccional, que considera não apenas questões de gênero, mas de raça, religião, idade, classe, entre outros fatores, é inevitável para a elaboração de um projeto transformador. Além disso, é necessária a transversalização da questão na equipe envolvida no projeto, a fim de perenizar o conhecimento e qualificar as Secretarias envolvidas.

Com o objetivo de fortalecer a igualdade e equidade de gênero, cor/raça e diversidade sexual nas ações desenvolvidas na Prefeitura Municipal de Belém e o conhecimento técnico da equipe para a promoção da igualdade e equidade de gênero no âmbito do Programa de Restauração da Biodiversidade e Requalificação Urbanística da Região da Travessa da Soledade na Rota Cerâmica da Bacia Hidrográfica do Paracuri, serão propostas as seguintes atividades:

• Realizar um diagnóstico participativo com a equipe da Prefeitura para identificar barreiras, necessidades, interesses e oportunidades e elaborar estratégia conjunta de desenvolvimento de habilidades de sua equipe no tema "Transversalização de gênero em políticas públicas", com foco na implementação do projeto (incluindo articulação de parcerias, visitas técnicas e/ou intercâmbios, entre outros possíveis).

• Planejar e realizar curso, oficina ou similar para sensibilizar e qualificar as secretarias e os órgãos atuantes no projeto quanto à importância do planejamento e o trabalho em rede no tema gênero.

• Identificar públicos prioritários, planejar e realizar um seminário e uma oficina para sensibilizar e qualificar as secretarias e os órgãos atuantes no projeto quanto às violências de gênero, racismo e lgbtfobia decorrentes do viés de gênero e raça.

• Realizar formação sobre gênero, raça e direitos humanos no atendimento às cidadãs e aos cidadãos com inclusão de temas pertinentes ao projeto, como empreendedorismo feminino, acesso a emprego e renda, participação social de comunidades indígenas e tradicionais, entre outras questões identificadas como relevantes.

S - 3.3. GESTÃO DO PROGRAMA

A gestão deste Projeto envolverá o planejamento detalhado e o envolvimento de diferentes secretarias além da SEGEPI, como a de Habitação (SEHAB), Meio Ambiente (SEMMA), Mobilidade Urbana (SEMOB), Saneamento (SESAN), Urbanismo (SEURB), Turismo (BELEMTUR) e outras que a SEGEPI entenda como necessárias.

O Projeto estabelecerá um modelo de gestão institucional que inclua a comunidade do Distrito de Icoaraci. Busca-se o fortalecimento do poder decisório das lideranças comunitárias, ativistas e ONGs, e a garantia da participação social em todas as fases de implementação do projeto. O município possui um Fórum de Participação Cidadã, chamado "Tá Selado!?", e Coordenadorias da Mulher (COMBEL), Antirracista (COANT) e de Diversidade Sexual (CDS), que estarão envolvidos no planejamento e execução das intervenções previstas.

Serão respeitadas as normas e legislação vigente a níveis municipal, estadual e federal, políticas de aquisição e contratação, e salvaguardas ambientais e sociais da AFD.

A gestão do Programa considera aspectos como sustentabilidade ambiental, inclusão social e preservação do patrimônio cultural, assegurando que o projeto contribua positivamente para o desenvolvimento econômico e social da região.

P - 3.3.1. Supervisão técnica, social e ambiental

Categoria: Gestão
Unidade de medida: Global
Meta: 1,00
Valor: EUR 2.194.887

A supervisão técnica, social e ambiental busca garantir que todas as fases e atividades do Programa sejam executadas de maneira adequada, segura e sustentável.

A supervisão técnica incluirá a verificação do cumprimento de normas e regulamentos, a análise e aprovação de projetos e planos, a gestão de cronogramas e orçamentos, e a resolução de problemas técnicos que possam surgir durante a execução.

A supervisão social, por sua vez, foca no impacto que o Programa possa ter sobre a comunidade de Icoaraci, e em como mitigar eventuais efeitos adversos. Esse processo envolve a consulta pública, a comunicação aberta com os moradores afetados, a identificação e gestão de potenciais conflitos sociais, e o monitoramento do bem-estar das comunidades durante e após a implementação do projeto.

Por fim, a supervisão ambiental busca proteger e preservar a biodiversidade, recursos naturais e serviços ecossistêmicos durante todas as fases e atividades do Programa. Inclui a avaliação dos impactos ambientais do projeto, a implementação de medidas de mitigação e compensação ambiental, o monitoramento da qualidade do ar, da água e do solo, e o cumprimento das normas ambientais e regulatórias.

P - 3.3.2. Gerenciamento técnico e socioambiental



Categoria: Gestão
Unidade de medida: Global
Meta: 1,00
Valor: EUR 1.500.800

Esta atividade busca garantir que as etapas sejam planejadas, executadas e monitoradas de maneira eficiente e sustentável, de forma integrada, considerando aspectos técnicos e de engenharia juntamente com impactos sociais e ambientais.

O gerenciamento técnico envolve:

●Planejamento e coordenação: elaboração de planos detalhados, cronogramas e orçamentos para todas as fases do projeto, definição de metas claras, e coordenação das equipes técnicas envolvidas.

●Execução de projetos: implementação dos projetos de maneira adequada e baseado em melhores práticas. Envolve a supervisão direta de obras, a gestão de fornecedores e contratados, e a resolução de problemas técnicos.

●Controle de qualidade: realização de inspeções para verificação de conformidade com especificações técnicas e normas estabelecidas.

O gerenciamento socioambiental, por sua vez, envolve:

●Impacto social: avaliação e gestão dos impactos do Projeto sobre as comunidades locais. Inclui a consulta pública, a identificação de preocupações sociais e a implementação de medidas para mitigar impactos negativos, como reassentamentos e compensações sociais, especialmente para mulheres, indígenas e quilombolas.

●Impacto Ambiental: avaliação dos impactos do Projeto no meio ambiente. Isso abrange a identificação de áreas sensíveis, a implementação de medidas de proteção ambiental e a gestão de resíduos durante a construção e operação do projeto.

●Conformidade Regulatória: verificação de que todas as atividades do Programa estejam em conformidade com as leis ambientais e regulatórias locais e nacionais. Isso inclui obter licenças ambientais necessárias e cumprir com os padrões de qualidade ambiental estabelecidos.

P - 3.3.3. Auditoria externa

Categoria: Gestão
Unidade de medida: Global
Meta: 1,00
Valor: EUR 31.300

Este Produto se trata do processo independente de revisão e avaliação do Programa por uma entidade externa especializada, visando avaliar seu desempenho, eficácia e conformidade em relação aos objetivos, padrões e regulamentos estabelecidos. Inclui a verificação da conformidade com requisitos contratuais, a avaliação do desempenho

em relação aos critérios estabelecidos, a identificação de áreas de melhoria e a validação dos resultados alcançados, revisões documentais, entrevistas com partes interessadas e inspeções físicas, relatório detalhado que documenta as constatações, conclusões e recomendações da auditoria.

P - 3.3.4. Comissão de administração

Categoria: Gestão
Unidade de medida: Global
Meta: 1,00
Valor: EUR 275.147

Se trata das atividades da Comissão Técnica (CT) do Paracuri, responsável pela:

●Supervisão de todas as fases do projeto: revisão e aprovação de planos estratégicos, cronogramas, orçamentos e metas de desempenho.

●Tomada de decisões: responsabilidade por tomar as decisões estratégicas e operacionais do Projeto, como aprovação de mudança de escopo, decisões financeiras, resolução de problemas, entre outras.

●Coordenação e comunicação: coordenação entre as partes interessadas (prefeitura, secretarias, comunidade, executores das obras, consultores, etc.) e comunicação regular e transparente sobre decisões e progresso do Programa.

●Gestão de riscos: identificação e avaliação dos riscos associados ao Projeto, e desenvolvimento de estratégias para mitigá-los.

●Responsabilidade financeira: assegurar que os recursos financeiros sejam utilizados de maneira eficiente e em conformidade com as políticas e procedimentos estabelecidos. Envolve a aprovação de orçamentos, relatórios financeiros e auditorias.

●Elaboração de relatórios e prestação de contas: preparação de relatórios sobre o progresso do Projeto, desafios enfrentados, decisões tomadas e resultados alcançados.



2.8. PROJETO/ETAPAS REALIZADAS

Até o momento já foram realizadas as seguintes atividades, que dão subsídio ao Projeto:

●Participação, no início de 2023, no Programa Pró-Cidades, programa de Cooperação Brasil-Alemanha entre o Ministério das Cidades e a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, agência alemã de cooperação técnica, em que o objetivo era aperfeiçoar e implementar projetos de desenvolvimento urbano integrado. Foram selecionados 12 projetos para receber mentoria, através de reuniões virtuais. O Projeto da Bacia Hidrográfica do Paracuri estava em estágio inicial, de definição de escopo, de forma que a mentoria concedida no Programa Pró-Cidades foi melhor estruturando o projeto. Ao final da mentoria, seriam selecionados 6 projetos para continuação da assistência técnica da GIZ, contudo, o projeto do Paracuri não foi selecionado.

●Foi realizado um estudo com a setorização de áreas de risco a movimentos de massa, enchentes e inundações em Icoaraci.

●A Prefeitura desenvolveu um estudo preliminar de construção de novas habitações em palafitas, e como será feito o tratamento de esgoto nessas áreas, de forma que ele deverá ser utilizado para a execução das obras de construção de unidades habitacionais. O estudo pode ser consultado no Anexo J.

●A Prefeitura está elaborando uma Análise de Riscos Climáticos e um Inventário de Emissões de GEE.

●A Prefeitura está elaborando um inventário de arborização urbana para compreender quais espécies e qual o estado das árvores no município, e assim embasar ações de ampliação da arborização, favorecendo espécies nativas.

2.9. Projeto/Abrangência Geográfica

Abrangência Geográfica: /Municipal

MUNICIPIO DE BELEM (PA)

2.10. PROJETO/CONDIÇÕES FINANCEIRAS DA OPERAÇÃO

CONDIÇÕES FINANCEIRAS DA OPERAÇÃO

Agente Financiador: Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD

- Moeda do Financiamento: Euro
- Empréstimo com garantia da União
- Prazo de desembolso equivalente ao prazo de carência : 60 meses (5 anos)
- Prazo de amortização: 180 meses (15 anos)
- Prazo total: 240 meses (20 anos)
- Taxa Variável: EURIBOR 6 meses + 180pb

(1) A taxa fixa definitiva será definida no momento do desembolso

- Comissão de crédito (sobre o saldo não desembolsado): 0,5%
- Comissão de abertura: 0,5%
- Periodicidade das amortizações: Semestrais

* Essas informações foram comunicadas em vistas à negociação dos termos e condições que seriam aplicados ao empréstimo a ser concedido pela AFD, em caso de outorga de tal financiamento, no primeiro semestre de 2025. A AFD salientou que essas informações não constituem uma oferta ou um compromisso de sua parte, de qualquer natureza, por um financiamento parcial ou total. A decisão de outorgar um financiamento será sujeita, entre outros, à negociação e assinatura, de maneira satisfatória para a AFD, de todos os documentos contratuais.

** Para um empréstimo em Euros: a negociação é realizada com base em taxa variável + margem. A Taxa Fixa de Referência é verificada na data da assinatura e definida no contrato. A taxa do desembolso é calculada com base na Taxa Fixa de Referência, acrescida ou reduzida da variação do índice de referência TEC 10 entre a data de assinatura do contrato e o desembolso. O TEC 10 é a taxa de juros da parcela constante de uma debênture do Estado francês de 10 anos. É publicado diariamente em todos os sistemas de informação financeira: <https://www.aft.gouv.fr/en/tec-10-oat>.



A Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD é uma instituição financeira com experiência em operações de crédito, tendo realizado vários empréstimos aos Estados e municípios do Brasil, oferecendo taxas de juros módicas, prazos, carência e demais condições adequadas.

Além da possibilidade de financiamento, a AFD viabiliza apoio técnico qualificado ao proponente nas análises e elaboração dos documentos técnicos necessários à formalização da proposta nas instâncias de análises e aprovações, podendo disponibilizar, também, apoio técnico e financeiro não reembolsável para ações complementares ao projeto objeto do financiamento.

O empréstimo pretendido destina-se à implantação do Projeto de requalificação urbanística da área no entorno da Travessa da Soledade no distrito de Icoaraci em Belém/PA, componentes descritos nesta carta consulta e nos respectivos projetos, com garantia da União, pelo prazo de 20 anos, com 5 de carência, a uma taxa de juros flutuante vinculada ao EURIBOR e demais encargos e condições, a serem aplicados pela AFD.

Além do alinhamento estratégico entre a Prefeitura Municipal de Belém e a AFD, as taxas apresentadas, bem como os prazos de carência e amortização são atrativas e reforçam a nossa opção pela AFD, como agente financiador.

JUSTIFICATIVA DE FINANCIAMENTO EXTERNO

Para financiar o Programa de Restauração da Biodiversidade e Requalificação Urbanística da Região da Travessa da Soledade na Rota Cerâmica da Bacia Hidrográfica do Paracuri, a Prefeitura Municipal de Belém buscou fontes de financiamento internas e externas. O intuito é promover a melhoria das condições socioeconômicas e ambientais do município, na implementação do presente Projeto no Distrito de Icoaraci, que integra a política pública de Belém.

A escolha pelo financiamento externo, e mais especificamente pela AFD, se deve a dois principais fatores: a) as taxas de juros internacionais menores, que no caso da -EURIBOR 6 meses- está em 3,735% ao ano (dado de 07 de junho de 2024), em comparação com a SELIC, brasileira, que está atualmente em 10,50% ao ano (reunião do Comitê de Política Monetária - COPOM em 08 de maio de 2024). Soma-se a este quadro as expectativas de mercado, que, de acordo com o Boletim Focus de 07 de junho de 2024, projetavam a SELIC em 10,25 % a.a. ao final de 2024 e aumento da inflação, o que significa uma manutenção da política monetária contracionista e, portanto, de taxas de juros internas elevadas; e b) a existência de um Memorando de Entendimento entre a Prefeitura de Belém e a AFD, de 26 de março de 2024, para cooperação em projetos de sustentabilidade e desenvolvimento, que pode ser consultado no Anexo M. Portanto, devido aos menores custos para o Tesouro Municipal e à intenção de o município e a AFD formalizarem um quadro de cooperação em favor de uma trajetória de desenvolvimento inclusivo e sustentável em Belém, é justificável estabelecer uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Belém e a AFD.

2.11. PROJETO/BENEFICIÁRIO

Áreas Estratégicas e Impactos do projeto (Ambientais, Econômicos e Sociais)

O Projeto de Restauração da Biodiversidade e Requalificação Urbanística do Distrito de Icoaraci traz impactos positivos a nível ambiental, social e econômico.

●Promoção da sustentabilidade ambiental, incluindo ações de adaptação e mitigação: o projeto possui ações de mitigação de emissões por meio do incentivo à mobilidade ativa, recuperação de vegetação nativa em áreas degradadas e na área de mata ciliar no afluente do Rio Paracuri. Com relação a ações de adaptação, com a melhoria da macrodrenagem do afluente do Rio Paracuri, o escoamento das águas pluviais será otimizado de maneira a reduzir as ocorrências de inundações na região. Apesar das projeções climáticas indicarem que não deve haver um aumento no volume significativo de precipitação na região do município de Belém, a expansão urbana desordenada ocasiona os problemas com inundações e alagamentos que esse projeto visa mitigar, assim como em caso da ocorrência de eventos extremos climáticos de chuvas.

●Melhoria da habitação: residências para as quais as famílias serão reassentadas serão ligadas ao sistema de coleta de esgoto, abastecimento de água do município, e serviços de coleta de resíduos.

●Melhoria das condições de saúde: os serviços públicos de iluminação, saneamento, mobilidade, entre outros, que não eram possíveis de serem ofertados aos assentamentos irregulares, agora poderão contribuir para a melhoria na qualidade de vida da população. Adicionalmente, a retirada das famílias das áreas de risco contribui para a redução do número de ocorrências de inundações de moradias, reduzindo a incidência de doenças de veiculação hídrica, como leptospirose.

●Gestão integrada de recursos hídricos, incluindo segurança hídrica e/ou conservação de solos e nascentes: redução do assoreamento do Rio Paracuri e aumento de sua profundidade, de maneira a aumentar sua vazão e reduzir índices de evaporação das águas superficiais, assim como reduzir o crescimento da área de inundação.



●Conservação e manejo da biodiversidade e/ou de recursos florestais: o projeto prevê a conservação, proteção e recuperação da biodiversidade, de ecossistemas proteção das áreas remanescentes de vegetação nativa das margens do rio Paracuri, assim como a recuperação de áreas degradadas, contribuindo para a criação de um corredor ecológico que atravessa a cidade às margens do rio, por meio da criação do Parque Linear e da recuperação das margens do afluente do Rio Paracuri, e consequentemente contribuirá para o aumento da biodiversidade. Em conjunto com o Parque Linear, está prevista a renaturalização do afluente do Rio Paracuri, onde será realizado o manejo sustentável dos recursos naturais, fomentando a biodiversidade e benefícios oriundos dos serviços ambientais. Nas ações atreladas à melhoria do sistema viário, também será realizado o projeto de arborização que dará preferência a espécies nativas, com a redução dos impactos de possíveis espécies invasoras.

●Mobilidade urbana: com a implantação de corredores de ônibus exclusivos, ciclofaixas e faixas de pedestres, o projeto estimula o uso de transporte coletivo e mobilidade ativa, criando alternativas para a redução do uso do transporte individual motorizado.

●Geração de emprego e renda e valorização histórico-cultural da produção e comércio de cerâmica: a requalificação viária e o Parque Linear constituem um polo atrator para a população, podendo contribuir para geração de trabalho e renda, por meio de atividades econômicas que possam ser desenvolvidas próximas às vias de circulação do Parque, em toda sua extensão, e para a valorização dos estabelecimentos comerciais de ceramistas. Os reassentamentos, que fornecerão serviços públicos de saneamento, iluminação, por exemplo, criam melhores condições inclusive para pessoas que possuem ou querem ser microempreendedores individuais, ou montar micro e pequenas empresas. Com a realização dos estudos voltados para a identificação da necessidade de programas e planos específicos para inclusão feminina, o empreendedorismo feminino pode ser estimulado.

●Infraestrutura e/ou equipamentos sociais para a população de baixa renda e vulneráveis: a provisão de imóveis regulares para a população de assentamentos irregulares garantirá moradia digna para a população das comunidades que margeiam o Rio Paracuri. A criação do Parque Linear nas margens do Rio proporcionará maior qualidade de vida à população do entorno, por se tratar de um equipamento social de lazer e que contribui para a socialização das famílias, além de preservar o meio ambiente.

●Aumento do turismo: a melhoria estética da região com a requalificação viária e construção de Parque Linear aumentam a atratividade do distrito de Icoaraci. O projeto ainda busca fomentar o desenvolvimento e expansão do conhecimento do uso sustentável da argila, com seu manejo sustentável para atingir a repartição justa e equitativa de benefícios oriundos do uso dos recursos naturais da região e dos conhecimentos tradicionais indígenas associados à produção da cerâmica tapajônica e marajoara, pela perspectiva da promoção da melhoria da qualidade de vida da população vulnerável e promoção da igualdade de gênero.

PÚBLICO-ALVO E BENEFICIÁRIOS

A Tv. da Soledade é caracterizada pela presença de diversos pequenos comércios de artesanato e cerâmica da região. Na Tv. dos Andradas, paralela à Soledade, há a Escola Liceu de Artes e Ofícios Mestre Raimundo Cardoso, uma escola de ensino fundamental (1º ao 9º ano) que é referência na manutenção da cultura ceramista na região, pois ela possui oficinas de arte em que são ofertados cursos para alunos e a comunidade. Lá foram formados diversos mestres ceramistas que são referência da cultura regional. Nos últimos anos, houve redução na produção artesã, de forma que a Prefeitura reconhece a importância de atrair a comunidade da região e do entorno ao turismo e comércio das artes ceramistas, para que seja preservada a cultura e a história do local, promovendo sua valorização.

Existe, ainda, o Espaço Cultural ?Coisas de Negro?, um complexo cultural com traços de preservação da cultura afro-indígena referência na prática musical do carimbó em Icoaraci, que oportuniza atividades culturais/musicais à comunidade do seu entorno, representando a resistência da cultura africana e amazônica no estado paraense. Além disso, Icoaraci possui a Casa da Saúde do Índio, para onde se deslocam indígenas de diversas áreas do entorno de Belém para receberem atendimento de saúde.

Diante desta realidade, a requalificação urbanística de Icoaraci pretende atrair a população de Belém e de cidades vizinhas, promovendo o turismo cultural e histórico da região.

2.12. PROJETO/GARANTIA DA UNIÃO

Sim

3. Financiamento

3.1. Financiamento/Fonte

Moeda do Financiamento: Euro

Fontes Externas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência €
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	AFD	US\$	58.352.229,75	0,93	54.407.677,37
Fontes Internas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência €



Contrapartida Financeira	CF	US\$	13.433.702,10	0,93	12.525.597,27
Total:			71.785.931,85		66.933.274,64

3.2. FINANCIAMENTO/INDICAÇÃO DE CONTRAGARANTIAS

O Poder Executivo deve vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Opção selecionada: Concordo



4. Execução

4.1. EXECUÇÃO/ARRANJO INSTITUCIONAL- MATRIZ DE RESPONSABILIDADE- ARRANJO OPERACIONAL

O arranjo institucional municipal proposto para o projeto prevê a integração da seguinte estrutura de secretarias e instituições:

O Gabinete do Prefeito atuará como Órgão Central e coordenará a implementação do Projeto por meio de uma Comissão Técnica (CT), a ser instituída por decreto do Poder Executivo Municipal. A CT será composta por um grupo de trabalho e contará com um Coordenador e um Subcoordenador do Projeto que serão os representantes do Gabinete do Prefeito e orientarão os demais titulares da CT que irão ser destacados de outros órgãos municipais elencados nesta Carta Consulta.

A SEGEPI atuará como Órgão Executor do Projeto e terá como participação o suporte à gestão contábil e financeira dos recursos do Programa, bem como participação de planejamento estratégico, atuação em assuntos de ordem de financiamentos e suporte na celebração dos Termos de Cooperação.

Atuarão na qualidade de co-executores e apoio técnico, sob a coordenação da CT, os órgãos da administração direta relacionados a seguir, que receberão recursos através de descentralização de crédito, conforme Termos de Cooperação celebrados pela SEGEPI.

A SEMMA será responsável pela execução direta de processos que envolvam o Parque Linear, áreas verdes no entorno das habitações e palafitas. Esta Secretaria tem como responsabilidade realizar a recuperação ambiental; reabilitar o curso d'água; recompor e proteger espécies vegetais; reduzir os danos ambientais decorrentes da supressão da vegetação e do assoreamento ocasionado pelo processo de ocupação.

A SEMOB será responsável pela execução direta das ações de requalificação viária e implantação de infraestrutura que assegure a integração multimodal acessível.

A BELEMTUR terá como encargo apoiar iniciativas que buscam modernizar a produção local no entorno do rio Paracuri e ao mesmo tempo conservar a história dos mestres artesãos, enfatizando o processo de confecção dos artesanatos, utensílios e objetos de diferentes origens amazônicas.

A SEURB é o órgão responsável pelo controle e fiscalização das construções. Fica a cargo desta Secretaria a implantação, controle e manutenção da iluminação pública; a requalificação viária, revitalização do Parque Linear, padronização de calçadas com acessibilidade, implantação de equipamentos urbanos tecnológicos e sustentáveis, implantação de canteiros verdes, ciclofaixas e jardins de chuva.

A CODEM fica responsável pela orientação aos moradores sobre a regularização fundiária da área. Está prevista a necessidade de reassentamento de (em média) 500 famílias, que deverão receber visitas técnicas, preencher formulários que irão dar base para o laudo de avaliação do imóvel.

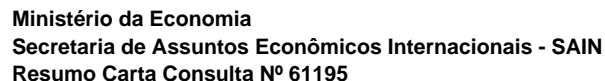
A SEHAB fica responsável por conduzir o cadastro das famílias para serem incluídas no programa que prevê a construção de novas unidades habitacionais junto à CEF (Caixa Econômica Federal).

A FUNPAPA tem como competência neste projeto assegurar cadastro das famílias no CAD Único, prestar serviços sócio assistenciais a pessoas em situação de vulnerabilidade e em circunstância de violação de direitos humanos. Realizar cadastro em programas de transferência de renda, e serviços de prevenção, como: PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família) e SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos).

À SESAN compete a realização da macrodrenagem do Parque Linear do igarapé do Paracuri, com obras de terraplenagem no sub-leito, sub-base e base. É de responsabilidade desta instituição a implantação de jardins de chuva, canteiros verdes, e outros equipamentos públicos como lixeiras e papeleiras para praças e contêineres para coleta domiciliar. Serão executados sub-projetos na área da educação ambiental para juventude, manejo adequado de resíduos sólidos, jardins e hortas em casa.

Vinculado à SEGEPI, existe o Tá Selado, o fórum permanente de participação cidadã. O fórum prevê a garantia da participação social em todas as fases de atuação do projeto.

Para preparar o início da implementação do programa, devem ser firmados Termos de Cooperação com os órgãos e entidades envolvidos. Esses termos devem definir claramente as obrigações e responsabilidades de cada parte em relação às ações pactuadas. As ações serão realizadas com recursos do contrato de empréstimo, que poderão ser repassados aos co-executores para a ação dos projetos, obras e aquisições de bens e serviços.



As matrizes de arranjo institucional e operacional podem ser consultadas no Anexo N.

Executor: SECRETARIA MUNICIPAL DA COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEGEP
Representante Oficial: João Cláudio Tupinambá Arroyo
Endereço da Sede: Av. Gov. José Malcher, 2110 - Nazaré, Belém, PA
Telefone: (91) 3251-4504
CNPJ: 14.700.173/0001-27

Fax:
UF: PA

Prazo de Desembolso: 5 Anos

[illegible]



P - 3.1.1. Estudos, projetos básicos e executivos para obras viárias, de renaturalização do afluente do rio Paracuri, Parque Linear, drenagem pluvial sustentável e unidades habitacionais	1.065.789,90		1.065.789,90									1.065.789,90
P - 3.1.2. Elaboração de Plano Específico de Reassentamento	260.556,25		260.556,25									260.556,25
S - 3.2. INCLUSÃO DE GÊNERO	301.756,00		301.756,00									301.756,00
P - 3.2.1. Estudo sobre incorporação da lente de gênero em todas as etapas do Programa	166.756,00		166.756,00									166.756,00
P - 3.2.2. Formação profissional para mulheres e comunidades indígenas na Rota da Cerâmica	100.000,00		100.000,00									100.000,00
P - 3.2.3. Capacitação e sensibilização da equipe de projeto sobre inclusão da lente de gênero e inclusão social	35.000,00		35.000,00									35.000,00
S - 3.3. GESTÃO DO PROGRAMA	4.002.144,00		800.428,80		800.428,80		800.428,80		800.428,80		800.428,80	4.002.144,00
P - 3.3.1. Supervisão técnica, social e ambiental	2.194.892,50		438.978,50		438.978,50		438.978,50		438.978,50		438.978,50	2.194.892,50
P - 3.3.2. Gerenciamento técnico e socioambiental	1.500.804,00		300.160,80		300.160,80		300.160,80		300.160,80		300.160,80	1.500.804,00
P - 3.3.3. Auditoria externa	31.300,10		6.260,02		6.260,02		6.260,02		6.260,02		6.260,02	31.300,10
P - 3.3.4. Comissão de administração	275.147,40		55.029,48		55.029,48		55.029,48		55.029,48		55.029,48	275.147,40

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).



5. Riscos

5.1. RISCOS/ATOS LEGAIS

Risco baixo. Dentre os atos legais para a viabilização do projeto com o financiamento externo estão:

1. Aprovação da presente Carta-Consulta pela COFLEX, que terá seu risco mitigado com incorporação detalhada das recomendações da comissão a propósito do Projeto;
2. Aprovação de Lei Municipal autorizativa para a realização da operação de crédito - Projeto de Lei a cargo do executivo em processo de elaboração para envio à Câmara Municipal da Prefeitura Municipal de Belém, que terá o risco mitigado com a articulação dos entes envolvidos na aprovação da Lei, para esclarecimento sobre o projeto e sobre o financiamento;
3. Ato de criação da Comissão Técnica (CT) por meio de Decreto, que terá o risco mitigado com a articulação com prefeito para programar a emissão do Decreto mediante o início das tratativas com o agente financiador, após aprovação da Carta-Consulta pela COFLEX;
4. Autorização junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sobre os projetos de intervenção em ruas e vias, que terá o risco mitigado com o desenvolvimento de projetos que apresentem benefícios para a conservação do patrimônio.
5. Licenças e demais instrumentos autorizativos são de responsabilidade da Prefeitura Municipal, não sendo necessários convênios e outros trâmites legais junto a outros órgãos. Todos os documentos adicionais relativos à formalização de atos legais serão dirimidos pela Comissão Técnica (CT) da SEGOV, da Prefeitura Municipal de Belém, a depender de cada caso.

5.2. RISCOS/CONTRATAÇÕES

Risco baixo. As contratações de estudos, projetos e obras, referentes à requalificação viária, duplicação viária, construção viária, construção de Parque Linear, reabilitação das margens do Rio Paracuri, construção de unidades habitacionais e execução dos reassentamentos seguirão os procedimentos de licitação e contratação conforme executados pelo setor competente dentro da estrutura da CT a ser criada, com servidores com experiência na realização das contratações. A AFD informou aceitar os procedimentos de contratação adotados pela Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. Deverá ser inserido nos documentos de licitação os requisitos conforme a política de aquisição e contratação da AFD, bem como compromisso de integridade, sinalizando que não poderão ser utilizados recursos de AFD para pagamento à licitante ou prestador de serviços, que figure na lista de sanções financeiras e comerciais da França, da União Europeia ou das Nações Unidas.

A Prefeitura Municipal de Belém também está ciente das condições de salvaguardas ambientais e sociais da AFD, que são similares às do Banco Mundial.

Haverá a necessidade de contratação adicional de pessoal, tendo em vista que o quadro funcional dos órgãos que participam diretamente das ações do projeto é insuficiente para a realização da sua gestão e supervisão.

5.3. RISCOS/DESAPROPRIAÇÕES

Risco médio. No Subcomponente 2.2, de duplicação viária, as residências e comércios presentes a partir da Rua Oito de Maio teriam de ser desapropriadas, para que seja possível a realização da obra. O trecho se trata de um corredor estreito, com apenas uma faixa de rodagem, que atualmente é utilizado em ambos os sentidos.

No Subcomponente 2.3, de construção viária, há a necessidade de reassentamento de famílias que residem em áreas irregulares de várzea em construções de palafitas, para que seja construída a continuação da Tv. da Soledade, até sua ligação com a Rod. Augusto Montenegro. A Prefeitura oferece Auxílio Aluguel para diversas famílias que foram reassentadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em que foram construídos dois conjuntos habitacionais para ocupação pelas famílias removidas dos locais de intervenção. O Conjunto Habitacional Paracuri I, ao norte da Tv. da Soledade, foi finalizado parcialmente e o Conjunto Habitacional Paracuri II, não foi finalizado. As residências inacabadas, que pertencem à Caixa Econômica Federal (CEF), foram ocupadas por famílias que não estavam previstas para ocupar o local. De acordo com o representante do gabinete da Prefeitura, existe um processo da CEF junto ao Ministério Público para remoção das famílias das residências inacabadas e ocupadas. Assim, existe um risco associado a esta intervenção, uma vez que já existe uma demanda de reassentamento de famílias do PAC, que se somaria à demanda do presente projeto.

Por outro lado, o município desenvolveu Planos de Reassentamentos em projetos anteriores que apresentam êxito em suas ações e que servirão de base para embasar o Plano e ações de desapropriação e reassentamento do presente Projeto.

Todas as regularizações das áreas que venham a ser necessárias para o projeto estão a cargo da Prefeitura.

5.4. RISCOS/IMPACTOS AMBIENTAIS

i - Risco ambiental médio. Os riscos ambientais de implantação e operação do Projeto serão evitados ou mitigados uma vez que todas as intervenções deverão obter licenças ambientais prévias de acordo com a legislação aplicável. Eventuais medidas mitigadoras serão tratadas conforme direcionamento do licenciamento ambiental e órgão estadual ou municipal responsável.



No Subcomponente 2.3, de construção viária, ocorre a intervenção mais crítica a nível ambiental, considerando que se trata de uma área de várzea, em que deve ser construída uma via elevada, em decorrência dos alagamentos que ali ocorrem. Na elaboração do Plano Específico de Reassentamento, deve ser prevista a implementação de sistema de esgotamento sanitário, para que, caso a área continue a ser habitada, os resíduos sejam propriamente descartados.

Com relação aos Subcomponentes 2.1 e 2.2, não existem pendências de natureza ambiental para as intervenções programadas. As áreas de intervenção de requalificação e duplicação viária atualmente são utilizadas como vias de tráfego de veículos.

No Subcomponente 1.1, por sua vez, busca-se um impacto positivo na região, com a reabilitação do igarapé e construção de Parque Linear.

A elaboração dos projetos de engenharia e demais estudos necessários ao licenciamento dos empreendimentos serão elaborados em conformidade com a legislação ambiental e urbanística aplicáveis, e são de responsabilidade da Prefeitura. Além disso, a responsabilidade pela execução do projeto com contratação de empresas e execução das obras, é da SEGEPI, a qual tem ciência da política de salvaguarda ambiental da AFD. Todas as regularizações e licenciamentos que venham a ser necessárias para o projeto serão de responsabilidade da Prefeitura.

ii - Risco climático baixo. A renaturalização do igarapé e a construção do Parque Linear promoverão ações de mitigação de emissões de GEE, pela recuperação da vegetação em torno do afluente do Rio Paracuri e estímulo à proteção das áreas de vegetação nativa; e ações de adaptação climática, para reduzir os casos das inundações e alagamentos que ocorrem no Distrito de Icoaraci, assim como tornar a região mais resiliente a esses tipos de ocorrência. O projeto contribui também para a melhoria da sensação térmica na região, com a implantação das árvores no Parque Linear e em canteiros de vias.

Os estudos e projetos a serem realizados para as obras previstas no projeto levarão em consideração os possíveis impactos climáticos para a região, e serão previstos mitigadores. Em complemento, a AFD irá dar suporte à Prefeitura, por meio de assistência técnica para desenvolver um climate screening e conseguir desenvolver ações de controle e monitoramento de emissões de GEE.

Foi criado o Fórum Municipal de Mudanças Climáticas pela Prefeitura de Belém, com o objetivo de criação do Plano Municipal de Mudanças Climáticas. Adicionalmente, está sendo elaborada uma Análise de Vulnerabilidades e Riscos Climáticos do município, que servirá de insumo para a elaboração dos estudos e projetos da Componente 3. Foram elaborados mapas de riscos pelo CPRM no Distrito de Icoaraci, que podem ser consultados no Anexo E.

5.5. RISCOS/IMPACTO SOCIAL

Risco médio. Impacto Positivo. Com relação ao Subcomponente 2.1, as vias por onde passarão os ônibus são as mesmas por onde hoje passam as linhas convencionais. Nos Subcomponentes 2.2 e 2.3, a duplicação viária e a construção viária permitirão a circulação de ônibus nesses trechos, permitindo a saída para a Rod. Augusto Montenegro, possibilitando o acesso direto ao BRT.

Não há obras de arte a serem construídas em áreas que precisem de desapropriações. Haverá a melhoria das áreas de circulação da população, com valorização dos espaços públicos e da área comercial, com consequente geração de emprego.

Alguns dos impactos específicos são listados abaixo: 1. Melhores calçamentos para uso da mobilidade ativa; 2. Ampliação da circulação de ônibus; 3. Ciclofaixas para ciclistas; 4. Integração (física e tarifária) entre os modais; 5. Facilidade de acesso à rodovia principal e ao BRT; 6. Valorização da área.

Durante a execução das obras, ocorrerá a adequação de vias alternativas e soluções para mitigar transtornos na mobilidade atual da população. As obras serão avisadas à população antes do seu início, e haverá sinalização nas áreas de intervenção, para mitigar possíveis problemas no acesso ao transporte e mobilidade da população nestes locais.

Para o Subcomponente 2.3, as famílias retiradas da área de palafitas poderão residir em áreas da cidade com melhor infraestrutura, com benefícios para acesso a empregos, e equipamentos de serviços públicos mediante programa habitacional municipal. Além disso, as famílias serão beneficiadas nos seguintes aspectos: 1. Garantir moradia segura para a população da comunidade; 2. Melhoria na qualidade de vida da população, devido à requalificação urbanística da área, com serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, pavimentação, entre outros; 3. Redução de doenças e problemas sociais ocasionados pelas inundações recorrentes na área de várzea onde ficam as casas de palafitas; 4. Melhoria na acessibilidade e mobilidade para outras áreas da cidade para a população do Distrito de Icoaraci, proporcionando acesso aos serviços e equipamentos públicos, comércio, emprego e lazer.

A Prefeitura de Belém está desenvolvendo um estudo preliminar de habitação em palafitas sustentáveis (Anexo J), que pode ser utilizado neste Projeto, para o reassentamento das famílias que residem na área de risco.

Em relação ao Subcomponente 1.1, a integração urbano-ambiental proporcionada pelo Parque Linear e renaturalização do igarapé proporcionará melhoria na qualidade de vida da população de Icoaraci, na medida em que fornece espaços verdes, de lazer e cultura.



Durante a execução das obras nas margens do Rio Paracuri será sinalizada toda a área de intervenção para evitar problemas com moradores. Além disso, nas áreas de intervenção da canalização e Parque Linear, que afetam vias de tráfego, serão emitidos avisos para a população e serão utilizados instrumentos de sinalização para evitar acidentes, em certos casos, serão realizados desvios para a realização das obras.

5.6. RISCOS/REASSENTAMENTOS

Médio risco. Há a previsão de reassentamento de aproximadamente 500 famílias que habitam em casas de palafitas em uma área de várzea, no fim da Tv. da Soledade, para construção de via até a Rod. Augusto Montenegro.

O risco reside nos seguintes aspectos: 1. Possibilidade de haver resistência de algumas famílias em deixar suas habitações; 2. O local é caracterizado como de alta criminalidade, sendo necessária a aproximação com grupos e lideranças da comunidade local, para tratar sobre os benefícios do projeto para a região e para as famílias que ali residem; 3. Existe um excesso de demanda de unidades habitacionais para reassentados, que seria aumentado com o presente projeto.

O projeto prevê a elaboração de um Plano Específico de Reassentamento (PER), que será elaborado com auxílio do Plano de Reassentamento do PROMABEN (Anexo K), projeto financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em que suas boas práticas serão replicadas no presente Projeto da Bacia do Paracuri.

Adicionalmente, o estudo preliminar de habitações palafíticas sustentáveis que está sendo desenvolvido pela Prefeitura (Anexo J) tem o potencial de amenizar este risco, uma vez que as famílias estariam desocupando casas de condições precárias, localizadas em uma área alagável, para moradias de melhor qualidade.

5.7. RISCOS/INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DO MUTUÁRIO DEVERÃO SER ENCAMINHADAS DIRETAMENTE À STN

5.8. Execução/Contatos

CPF: 090.068.262-00	
Nome: Edmilson Brito Rodrigues	
Orgão: Gabinete do Prefeito	
Estado: Estado do Pará	Município: MUNICIPIO DE BELEM
Endereço: Praça Dom Pedro II, S/N, Palácio Antônio Lemos	
CEP: 66020-240	E-mail: chefia@gabinete.pmb.pa.gov.br
Cargo: Prefeito Municipal de Belém	Fax:
Telefone: (91) 3073-1496	Tipo: Titular
Celular:	

CPF: 148.292.822-15	
Nome: João Cláudio Tupinambá Arroyo	
Orgão: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão	
Estado: Estado do Pará	Município: MUNICIPIO DE BELEM
Endereço: Av. Gov. José Malcher, 2110 - Nazaré	
CEP: 66060-230	E-mail: gab.segep@gmail.com
Cargo: Secretário Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão	Fax:
Telefone: (91) 3251-4504	Tipo: Substituto
Celular:	

CPF:	
Nome: Eliana Benassuly Bogéa	
Orgão: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão	
Estado: Estado do Pará	Município: MUNICIPIO DE BELEM
Endereço: Av. Gov. José Malcher, 2110 - Nazaré	
CEP: 66060-230	E-mail: defi@segep.pmb.pa.gov.br
Cargo: Diretora de Financiamento	Fax:
Telefone: (91) 3251-4499	Tipo: Técnico
Celular:	